

## CRITÉRIOS E VALORES PARA UMA NORMA BRASILEIRA DE REFERÊNCIA<sup>1</sup>

Marcos Bagno<sup>2</sup>

Universidade de Brasília

### RESUMO

A definição de uma norma para o português brasileiro é objeto de debate há mais de cento e cinquenta anos quando, após a independência, uma pequena elite intelectual promoveu a polêmica em torno de uma “língua brasileira”. Mais recentemente, linguistas têm proposto diversos modelos de análise e diferentes terminologias para lidar com a questão. O momento atual parece favorecer a elaboração de uma norma brasileira de referência a ser descrita em compêndios gramaticais destinados ao usuário comum da língua em busca de definições seguras acerca das regras que deve seguir, sobretudo para a produção de gêneros escritos formais. O artigo discute os critérios linguísticos e os valores ideológicos que podem estar em jogo no momento da definição dessa norma brasileira de referência.

**Palavras-chave:** norma linguística; português brasileiro; gramática de referência; valores ideológicos.

### Norma e racismo linguístico no Brasil

O debate normativo no Brasil remonta há mais de século e meio, quando, logo após a independência (1822), uma ideologia nacionalista se apoderou de alguns membros da intelectualidade – essencialmente branca, masculina e pequeno-burguesa –, que deram início à chamada “questão da língua brasileira”. Exatamente pela origem social de seus participantes, esse debate estava longe de apresentar posições radicais ou extremadas. Faraco (2008) sublinha que existia um *conservadorismo flexível*, que admitia os “brasileirismos”, mas com limites (nunca bem definidos), e um *conservadorismo radical*. O primeiro se vinculava ao ideário romântico, nacionalista, burguês. O segundo, ao projeto mais explícito de “europeização” da sociedade brasileira e de apagamento obsessivo de qualquer marca não europeia na formação dessa sociedade. José de Alencar (1829-1877) e Gonçalves Dias (1823-1864) representam bem o conservadorismo flexível, enquanto outros intelectuais vão defender o conservadorismo radical. As posições em matéria linguística não se diferenciavam das posições detectáveis na esfera política, conforme nos lembra Sérgio Buarque de Holanda ([1936] 1998, p. 86): “Tradicionalistas e iconoclastas movem-se, em realidade, na mesma órbita de ideias. Estes, não menos do que aqueles, mostram-se fiéis preservadores do legado colonial, e as diferenças que os separam entre si são unicamente de forma e superfície.”

<sup>1</sup> Agradeço a Carlos Eduardo Deoclecio, do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), as sugestões e comentários feitos à primeira versão do texto.

<sup>2</sup> Endereço eletrônico: [bagno.marcos@gmail.com](mailto:bagno.marcos@gmail.com).

O grande fantasma que assombrava a “questão da língua brasileira” era o impacto, largo e profundo, exercido pela população de origem africana sobre o português no Brasil. A aceitação dos “brasileirismos” era admitida pelos conservadores “flexíveis”, desde que não significasse acolher em sua totalidade os usos linguísticos de fato mais amplamente difundidos no seio de uma população de maioria negra ou mestiça, como a concordância nominal e verbal variável, o rotacismo (*placa* > *praca*), a deslateralização de *lh* (*palha* > *paia*), a reorganização do quadro pronominal etc. Não admira, portanto, que José de Alencar, considerado o principal defensor da “língua brasileira”, tenha escrito que “não se pretende que toda inovação seja boa: defende-se a ideia do progresso da língua, não o abuso que a acompanha” (*apud* FARACO, 2002, p. 41). Afinal, o mesmo romancista tantas vezes citado como pioneiro na defesa de uma língua literária especificamente brasileira também é o autor de *Cartas a favor da escravidão*, um conjunto de textos que só foi publicado em 2008.

Ao fim e ao cabo, a história dos debates em torno da língua no Brasil é a história de um impregnado *racismo*, o mesmo racismo sistêmico que estrutura a sociedade brasileira desde sempre e sem o qual ela não poderia ser o que é. Três citações bem distanciadas no tempo bastam para exemplificar esse racismo linguístico vigente no interior da intelectualidade brasileira, elaborado e sustentado até hoje por alguns dos nossos filólogos mais conceituados:

As observações do filólogo português [Adolfo Coelho] estão abaixo da crítica, não porque não exista o dialeto brasileiro, mas porque naquelas foram confundidos o falar atravessado dos africanos e outros fenômenos desta ordem com o que se deve verdadeiramente considerar elemento novo na linguagem portuguesa. (ARARIPE JR., 1888 *apud* PINTO, 1978, p. 234)

Os falares africanos eram de outro tipo linguístico e notavelmente inferiores ao português: como poderiam ter influído? É necessário estudar o fenômeno à luz da linguística e não da fantasia. Por isto dizemos que a contribuição foi apenas lexical e, assim mesmo, insignificante. (SILVEIRA BUENO, 1955, p. 309-310)

Não sei se o prezado leitor acompanhou recente noticiário televisivo pelo qual se anunciava que autoridades de ensino de determinada região dos Estados Unidos, tendo chegado à conclusão de que a deficiência escolar patente nos alunos negros se devia à sua insuficiência de conhecimento do inglês *standard* — tanto na gramática quanto no léxico —, resolveram ensinar e admitir nas escolas a modalidade de inglês que acredito seja o que lá se conhece, entre especialistas, por Black English Vernacular. [...] Em matéria de língua portuguesa, não se recomenda ainda o Black Portuguese

Vernacular, mas algo muito parecido pela ineficácia cultural: a língua viva do povo. (Evanildo Bechara, *Jornal do Brasil*, 16/2/2005)<sup>3</sup>

O embate se resolveu, como se sabe, com a vitória do conservadorismo “radical”, simbolizada pela fundação, em 1897, da Academia Brasileira de Letras, desde sempre uma instituição conservadora em termos de língua e de sociedade. Eloquente a esse respeito é o discurso de posse na Academia de Joaquim Nabuco aquele mesmo ano, em que a ausência de termos como “negro” e “africano” diz muito mais do que diria sua presença explícita:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa. Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época. (*apud* PINTO, 1978, p. 197-198)

O vínculo entre “raça pura” e “pureza do nosso idioma” nesse discurso parece não deixar dúvidas sobre o que pensaria Nabuco acerca de uma temida “língua brasileira” constituída pelo “falar atravessado dos africanos”, apesar de (senão por isso mesmo) ele ter passado à história como um lutador da causa abolicionista.

### **Norma e ensino da norma**

A “questão da língua brasileira”, que em outra ocasião (BAGNO, 2003) rotulei de “divertimento da nossa elite intelectual”, não afetava o ensino, pois, como escreve Magda Soares (2002, p. 162), “embora a polêmica sobre uma possível *língua brasileira* tenha surgido já em meados do século XIX, o ensino da Gramática manteve-se alheio a essa polêmica e foi sempre, durante todo esse século, o ensino da gramática da *língua portuguesa*”.

Essa descrição do ensino de língua no Brasil também se aplica às primeiras décadas do século 20, a despeito da reivindicação do emprego da “fala brasileira” nas obras de ficção por parte dos literatos do Modernismo, assim como dos resultados das pioneiras investigações dialetológicas empreendidas no período (AMARAL, 1920; NASCENTES, 1922; MARROQUIM, 1934).

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.academia.org.br/artigos/educacao-linguistica-avessas>. Acesso em: 19 out. 2020.

Com isso, a dúvida sobre “que língua ensinar na escola” só se tornou objeto de inquietação nas formulações explícitas de uma educação em língua materna no Brasil a partir da década de 1970, em seguida à implantação da linguística dita científica nos cursos de Letras dos principais centros universitários do país. O advento da sociolinguística variacionista e da pesquisa empírica sobre os usos autênticos do português brasileiro – representada pioneiramente pelo Projeto NURC (OLIVEIRA JR., 2019) – assim como o de teorias e práticas pedagógicas de perfil progressista voltadas para a educação popular (com o evidente e merecido destaque ao trabalho de Paulo Freire [1921-1997]) incitaram muitas pessoas vinculadas à educação a questionar os fundamentos tradicionais do ensino de português entre nós.

Uma dessas primeiras pessoas a tratar do tema foi decerto Aryon Dall’Igna Rodrigues (1925-2014) em “Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil”, publicado originalmente em 1968 e reimpresso em Bagno (2002). Mas foi a partir do final da década de 1980 e ao longo da de 1990 que a produção bibliográfica em torno da questão normativa – associada quase invariavelmente à questão pedagógica – tem se tornado mais volumosa. Podemos citar, sem pretensão exaustiva, Mattos e Silva (1995, 2004); Britto (1997), Bagno (2000, 2001, 2002, 2003, 2009, 2011, 2014); Bortoni-Ricardo (2004, 2005); Scherre (2008); Lagares e Bagno (2011); Faraco (2008, 2016, 2020); Vieira e Brandão (2013); Neves e Casseb-Galvão (2014); Lucchesi (2015); Faraco e Vieira (2016); Faraco e Zilles (2017); Lagares (2018); Vieira (2018); Vieira e Faraco (2020). Outra produção digna de nota a esse respeito é a de gramáticas descritivas do português brasileiro elaboradas por linguistas num movimento espontâneo iniciado com a publicação da *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves (2001) e levado adiante por Azeredo (2008), Castilho (2010), Perini (2010, 2016), Bagno (2011, 2013), com diferentes abordagens teóricas, mas com um objetivo compartilhado de apresentar de modo minimamente realista os usos autênticos do português brasileiro, ao menos em sua vertente dita “cultura”. Neves, Castilho e Bagno se valem, para isso, de diferentes acervos de língua falada e escrita constituídos ao longo do último meio século graças a metodologias confiáveis de coleta e análise de dados. As motivações que levaram à produção dessas gramáticas foram explicitadas por seus próprios autores na obra organizada por Neves e Casseb-Galvão (2014), enquanto Faraco e Vieira (2016) reúnem avaliações críticas dessas mesmas obras.

Assim, se em 1968, há mais de cinquenta anos portanto, Aryon Rodrigues, no texto mencionado, podia afirmar que “a situação linguística do Brasil, no que respeita a seus

padrões linguísticos, ainda está longe de ser objetivamente conhecida”, dado que “a falta de estudos sobre essa situação é quase total” e que “nessas circunstâncias, o que se pode dizer no momento sobre a língua portuguesa no Brasil e particularmente sobre os padrões linguísticos, repousa ampla e perigosamente numa base impressionística e, por conseguinte, muito precária”, nesta segunda década do século 21 é mais do que seguro afirmar que a pesquisa linguística brasileira já dispõe de um volume de dados suficientemente amplo para produzir um *mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*, título da obra organizada por Martins e Abraçado (2015).

### **Norma e inconsistência terminológica**

Um traço comum a todas as abordagens da *norma linguística* na bibliografia acima elencada é a tentativa de identificar, por trás do termo *norma*, diferentes entidades sociolinguísticas. Trata-se, basicamente, do esforço de diferenciar o *normal* do *normativo*, isto é, distinguir entre os usos linguísticos empiricamente verificáveis e as prescrições que configuram o que venho chamando de *tradição gramatical do português*. Os esforços terminológicos podem ser sintetizados no estabelecimento de dois conceitos principais: *norma culta* – para designar as práticas de linguagem das camadas urbanas mais letradas – e *norma-padrão* – conjunto (não homogêneo) de prescrições que se pode depreender da análise das obras convencionalmente rotuladas de *gramáticas normativas*. Um terceiro conceito, o de *norma popular*, também ocorre nessa bibliografia para designar as múltiplas variedades linguísticas empregadas pela população – rural, urbana e rurbana – com escasso ou nenhum acesso à educação de qualidade e, por conseguinte, às práticas letradas de prestígio, isto é, a ampla maioria da população. Cada autor, no entanto, opta por termos nem sempre coincidentes para rotular tais entidades.

Todo o esforço de linguistas e/ou educadores na delimitação teórica desses diferentes conceitos de norma parece ainda não ter provocado quase nenhum impacto no universo do ensino de língua e na formulação de políticas de ensino de língua. Em pesquisa empreendida em 24 coleções de livros didáticos (BAGNO, 2013), por exemplo, encontrei nada menos do que os seguintes 21 termos:

- |                   |                   |                     |
|-------------------|-------------------|---------------------|
| 1. língua culta   | 8. norma-padrão   | 15. variação padrão |
| 2. língua formal  | 9. padrão culto   | 16. variante culta  |
| 3. língua oficial | 10. padrão formal | 17. variante padrão |

- |                     |                      |                             |
|---------------------|----------------------|-----------------------------|
| 4. língua padrão    | 11. português padrão | 18. variedade culta         |
| 5. linguagem formal | 12. pronúncia padrão | 19. variedade formal        |
| 6. modalidade culta | 13. uso culto        | 20. variedade-padrão        |
| 7. norma culta      | 14. uso formal       | 21. variedades de prestígio |

No *corpus* analisado, portanto, aparecem como supostos sinônimos os termos *língua*, *linguagem*, *modalidade*, *norma*, *padrão*, *pronúncia*, *variante*, *variação*, *variedade*, que correspondem, na sociolinguística e na sociologia da linguagem, a conceitos bem distintos. Os qualificativos empregados — *padrão*, *culto*, *formal*, *oficial*, *(de) prestígio* — também não podem ser confundidos como se fossem equivalentes ou intercambiáveis.

Ampliando a investigação (BAGNO, 2019), procurei identificar a terminologia empregada no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) para designar a modalidade de língua cobrada na prova de redação desde 1998, ano de instituição do exame, até 2018. O resultado, mais uma vez, revelou uma ampla inconsistência terminológica, pois a modalidade de língua requerida na redação é expressa, nos enunciados das provas, de sete maneiras diferentes, em que seis palavras são tomadas como passíveis de combinações, como se a conjunção dos termos não implicasse qualquer modificação de sentido: *norma culta*, *modalidade culta*, *modalidade culta escrita*, *modalidade padrão*, *norma culta escrita*, *norma padrão*, *modalidade escrita formal*.

Quando se trata de abordar as manifestações de fala que (supostamente) não se enquadram na (in)definição de *norma culta/norma padrão*, o que aparece nas provas do ENEM é:

1. fala coloquial
2. fala popular brasileira
3. linguagem coloquial
4. linguagem informal
5. linguagem oral informal
6. norma coloquial
7. normas populares
8. normas populares ou vernáculos
9. registro de informalidade
10. registro oral
11. termos coloquiais

12. uso oral
13. usos coloquiais
14. variedades do registro oral

Aqui se verifica um problema tão grave quanto equiparar *norma culta* a *norma padrão*: o equívoco – frequentíssimo nos livros didáticos e, infelizmente, também em muitos textos produzidos por linguistas e educadores – de considerar que toda fala “popular” é inevitavelmente “coloquial” ou “informal”. Há uma confusão entre *variação social* e *variação estilística*, fenômenos muito bem definidos pela sociolinguística: a *variação social* diz respeito às características próprias de uso da língua de uma *comunidade de fala*, enquanto a *variação estilística* diz respeito às modulações que um *indivíduo* faz em suas interações verbais. O *continuum* que vai do mais formal ao mais informal opera tanto nas variedades “populares” quanto nas variedades “cultas”: um dos postulados fundamentais da sociolinguística é o de que *não existe falante de estilo único*.

São evidentes os obstáculos que essa flutuação terminológica impõe à formulação de uma educação linguística consistente: sem coerência na designação de seu objeto, como construir esse objeto concretamente?

### **Norma de referência para uma gramática de referência**

Mais recentemente, em diversas falas públicas<sup>4</sup>, Carlos Alberto Faraco vem advogando em prol do estabelecimento do que chama *norma de referência*, base para a produção, por sua vez, de uma *gramática de referência* para o português brasileiro. A necessidade de uma *gramática de referência*, com esse nome, já tinha sido enunciada por Bagno e Rangel como uma entre outras das que denominaram “tarefas da educação linguística no Brasil” (2005, p. : 71). No caso de Faraco, porém, trata-se de um projeto de pesquisa e de produção de material, elaborado e levado adiante em parceria com Francisco Eduardo Vieira, um empreendimento cujas premissas estão enunciadas em Vieira e Faraco (2020). O que esses autores chamam de *norma-padrão brasileira* ou *norma brasileira de referência* deve dar conta da “modalidade escrita formal do português brasileiro contemporâneo” (2020, p. 22), pois, em sua opinião, é essa modalidade que exige “uma certa uniformização, considerando a

---

<sup>4</sup> Ver, entre muitas outras disponíveis na internet, “A relevância do conhecimento histórico da língua para a formação do professor de português”, disponível em [https://youtu.be/KXR\\_HLaqjMk](https://youtu.be/KXR_HLaqjMk), e “Por uma norma-padrão brasileira para o século 21”, localizável em <https://www.youtube.com/watch?v=u5WqaSRQmCY>.



amplitude de sua circulação espacial e temporal” (p. 24). Na mesma linha, Vieira (2020, p. 119) enfatiza que é preciso

gramatizar, em instrumentos de referência e de alcance geral, e didatizar, em materiais que possam circular em nossas escolas, determinadas particularidades da gramática dos brasileiros, descritas há décadas por uma enxurrada de boas pesquisas desenvolvidas em nossos programas de pós-graduação em Letras e Linguística, mas ainda injustamente colocadas no balaio do erro, da corrupção, do solecismo, do regionalismo, do coloquialismo, da oralidade e da informalidade pelo senso comum e mesmo por instrumentos linguísticos pouco consistentes.

Algumas dessas “peculiaridades da gramática dos brasileiros” compõem a série de fenômenos morfossintáticos que analisei em Bagno (2009) e cujo reconhecimento pleno como usos “cultos” defendi por considerá-los constitutivos precisamente da “modalidade escrita formal do português brasileiro contemporâneo”: cada um desses fenômenos de uso é ilustrado com farta exemplificação extraída da mídia impressa brasileira, conforme proposta que já se encontrava em Perini (1985) e é corroborada por Vieira e Faraco (2020, p. 23) ao optarem pela “prosa acadêmica ou jornalística” como material de estudo de seu trabalho, de cunho eminentemente didático.

### **Norma e critérios de referência**

Se está reconhecida, ao menos por algumas pessoas engajadas no debate normativo, a necessidade de elaboração de uma gramática de referência – inspirada, por sua vez, na delimitação de uma norma de referência –, a questão que imediatamente se apresenta é: quais seriam os *critérios* para que determinado uso linguístico seja (ou não) incluído nessa gramática, isto é, seja reconhecido (ou não) como elemento constitutivo da norma de referência?

É de se esperar que um desses critérios (talvez o principal) seja *a alta frequência de uso* de uma construção sintática nos gêneros textuais escolhidos como a base para a definição daquela norma de referência: a prosa acadêmica e jornalística (como é o caso do *se* que acabei de usar em “é de *se* esperar”, um uso rejeitado pela tradição normativa da língua). No entanto, como é bem sabido, quando o assunto é língua, nem sempre os critérios racionais e “científicos” são os únicos que prevalecem. Vieira e Faraco (2020, p. 24), por exemplo, recordam que a “interferência do gosto pessoal, das preferências estilísticas ou das opções



ideológicas de determinados gramáticos deixa visível que há, muitas vezes, uma forte dose de arbitrariedade na definição do que constitui a norma-padrão”.

No entanto, é mais do que plausível que essa mesma interferência do gosto pessoal não seja privilégio dos gramáticos e dicionaristas tidos como prescritivistas e que ela ocorra também no trabalho de linguistas que se dizem antiprescritivistas. Afinal, não existe discurso neutro sobre a língua (e sobre nada mais), como já argumentou Deborah Cameron (1995) em seu estudo minucioso do que chamou de *higiene verbal*. Como afirma a autora, a distinção convencional entre *descrição* e *prescrição* pode não passar, em boa medida, de malabarismo retórico, uma vez que,

*tanto o prescritivismo quanto o antiprescritivismo invocam certas normas e fazem circular noções particulares acerca de como a língua deveria funcionar. É claro que as normas são diferentes (e, no caso da linguística, são frequentemente dissimuladas). Mas ambos os conjuntos se alimentam dos argumentos mais gerais que influenciam ideias cotidianas sobre a língua. Neste nível, “descrição” e “prescrição” revelam ser aspectos de uma única (e normativa) atividade: uma luta por controlar a língua ao definir sua natureza (CAMERON, 1995, p. 8, grifos meus).*

Assumir explicitamente esse desejo de *controle da língua pela definição de sua natureza* é prática desconhecida entre a grande maioria dos linguistas, que juram por uma imparcialidade “descritivista” em nome do caráter “científico” de seu empreendimento e, se não bastasse, se permitem o desfrute de acusar os prescritivistas de assumir esse desejo, como se fosse algum desvio de caráter. É notório, porém, que entre o discurso e a prática o abismo é largo e fundo. Voltaremos a isso.

Dentro desse espírito de disputa pelo *controle da língua* ou, mais especificamente neste caso, pelo *controle da norma*, me pergunto se determinados usos já cristalizados na atividade escrita mais monitorada teriam lugar numa gramática de referência do português brasileiro contemporâneo ou se enfrentariam o obstáculo ideológico das pessoas que vierem a formular essa gramática (enunciada aqui no singular como um empreendimento intelectual e não como uma obra específica: é provável que se produza mais de um livro nascido com a intenção de ser uma gramática de referência normativa mas [pretensamente] não prescritiva).

Cabe aqui, sem dúvida, pelo menos um exemplo. Talvez um dos mais eloquentes seja o que diz respeito à *não-concordância entre S (sujeito) e V (verbo)* quando o verbo vem anteposto ao sujeito, isto é, quando a ordem considerada canônica em português, SV, a chamada “ordem direta”, se inverte em VS. Conforme analisei em outros lugares (BAGNO,

2009, 2011, 2017), a ordem VS provoca uma reanálise sintática da parte dos falantes, que deixam de interpretar o sintagma nominal sucessivo a V como no caso *nominativo*, de modo que a concordância tende a não se realizar — esse sintagma nominal pode ser qualificado então como no caso *absolutivo*, o caso não marcado ou “de citação” dos sintagmas nominais. Outra possibilidade de análise é a de que esses verbos são interpretados como *impessoais*, uma proposta de análise já aventada por Camara Jr. em 1952, ao assinalar “a tendência a subordinar ao verbo o sujeito posposto, desaparecendo a concordância do verbo com esse sujeito, o que resulta, em última análise, numa impessoalização” ([1952] 2004, p. 89).

Seja qual for a explicação teórica para essa sintaxe, o que nos interessa aqui é reconhecer que ela está perfeitamente enraizada na “consciência sintática” (VIEIRA; FARACO, 2020, p. 32) de todos os falantes do português brasileiro, de modo que sua ocorrência em gêneros textuais escritos mais monitorados é natural e, portanto, inevitável. Sirvam de exemplos:

- 1) A atuação de Bercot e Cassel é tão visceral que o restante do elenco acaba desaparecendo. Assim, Louis Garrel, que interpreta o irmão da protagonista, torna-se um coadjuvante de luxo, sem nunca ter o personagem aprofundado. Entretanto, **É DELE os momentos mais divertidos do filme**<sup>5</sup>.
- 2) [...] foi outorgada liquidez em moeda internacional aos ativos dos ricos e **TORNOU-SE** possível até **fenômenos especulativos** como aquele do grupo das empresas X, de Eike Batista [...]. (Carlos Lessa, “Quem lidera”?, *Carta Capital*, n. 844)
- 3) Nesse contexto, podemos afirmar que **RESTA** ao professor de língua portuguesa apenas **três caminhos** a serem seguidos [...] (E. G. Pezatti; A. Câmara, “Da descrição ao ensino da oração adjetiva”, *Linguística*, revista da ALFAL, n. 30 (2), p. 144)
- 4) **FALTA recenseadores** para colher dados de moradores da capital<sup>6</sup>.
- 5) Inicialmente, um jornalista europeu que gravava o treino reclamou do pagode. **BASTOU alguns minutos** para ele se juntar à imprensa japonesa, esquecer as atividades no gramado e exibir o ritmo brasileiro<sup>7</sup>.
- 6) **SERIA** impossível **tantos vazamentos** sem um acordo entre todas as partes da investigação. (CartaCapital, “As marcas da Lava Jato”, Marcelo Auler, n. 888, fev. 2016)

<sup>5</sup> Retirado de : <http://dopapelaomovimento.blogspot.com.br/2016/06/meu-rei-atuacoes-viscerais-conduzem-o.html>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/sao-paulo/2010/08/17/FALTA-RECENSEADORES-PARA-COLHER-DADOS-DE-MORADORES-DA-CAPITAL.htm>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>7</sup> Coletado em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0706200624.htm>. Acesso em: 19 out. 2020.

- 7) Secretário particular do governador entre 2013 e 2014 e fundador do Movimento Endireita Brasil, [Ricardo] Salles tinha perdido a boquinha porque **PEGOU** mal até para o ultraconservador Alckmin **algumas declarações** suas a favor do regime de 1964 e de disfarçada indulgência em relação à tortura. (Carta Capital, ed. 911, julho de 2016, seção *A Semana*)
- 8) Na contramão disso, não deixa de causar surpresa a recepção que **TEVE as ideias de Jakobson**, e muito especialmente sua interpretação de Saussure [...] (L. Milano; V. N. Flores, “O que ainda se pode dizer sobre uma herança?”, in M. A. Cruz et al. [orgs.], *Saussure, o texto e o discurso*. São Paulo: Parábola, 2016, p. 40)
- 9) É neste momento que **ENTRA** em cena **os fantasmas** criados pela equipe de Bolsonaro para entreter a sua base reacionária. (Carta Capital, n. 1054, 15/5/2019)
- 10) Ao fazer a busca pessoal no Senador Chico Rodrigues, num primeiro momento, **FOI ENCONTRADO** no interior de sua cueca, próximo às suas nádegas, **maços de dinheiro** que totalizaram a quantia de R\$ 15.000,00.<sup>8</sup>

Como se depreende dos exemplos, a não-concordância atinge não só o verbo como também os sintagmas nominais e adjetivais que orbitam em torno dele. Dois dos exemplos acima, (3) e (8), advêm de textos escritos por linguistas e publicados, o primeiro, numa revista acadêmica internacional e, o segundo, num livro, ambos destinados a um público especializado. O exemplo (3), além disso, provém de um artigo em que se debate precisamente o ensino de fenômenos sintáticos na escola. São textos também que decerto foram submetidos a reescritas, revisões e novas reescritas, como é o processo normal de produção de artigos científicos e livros de todo gênero. Isso bastaria para invalidar a tese de que a não concordância em construções desse tipo é fruto de “descaso” ou “ignorância” do funcionamento “correto” da língua. Muito pelo contrário: essa construção constitui uma *regra da gramática intuitiva* de todos os falantes de português brasileiro, uma regra perfeitamente enraizada, portanto, no *vernáculo brasileiro*.

A questão que permanece é: mesmo diante de uma ou mais explicações teóricas satisfatórias para a ocorrência da não concordância; da abundância de exemplos provenientes de textos escritos por pessoas altamente letradas e publicados em suportes de reconhecido prestígio social; da probabilidade (comprovada por muitas pesquisas empíricas) de que a

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/barroso-impede-divulgacao-de-video-da-pf-com-dinheiro-entre-nadegas-de-senador-1.2399892>. Acesso em: 19 out. 2020.

maioria das professoras e professores de português não reconheçam essa construção sintática como “errada” — mesmo diante de todos esses argumentos, as eventuais autoras e autores de gramáticas de referência do português brasileiro destinadas a orientar a produção de textos escritos mais monitorados incluiriam em seus compêndios normativos essa construção sintática como normal, aceitável e correta?

### **Conclusão: qual norma, quais valores?**

Em texto que visou promover o debate no interior de um grupo de pesquisa, Faraco (2020, p. 9) enfatiza que

nós, linguistas, por tradição e crença, nos proclamamos sempre e por princípio, descritivos. Ou seja, assumimos como tarefa dizer como a língua é e não como deveria ser. [...] Não somos e parece que não queremos ser normativos. No entanto, **a escola, os meios de comunicação e os falantes escolarizados querem uma gramática normativa**. E até hoje nós, linguistas brasileiros, não lhes oferecemos, de fato, uma alternativa às velhas, cansadas e anacrônicas gramáticas normativas tradicionais [negritos do autor].

A crítica de Faraco parece sintonizada com estas palavras de John E. Joseph (1987, p. 18):

A primeira [falácia a que os linguistas são suscetíveis] é supor que a educação deva ser, ou até que possa ser, científica. Na atual conjuntura da história humana, a educação tem a ver primordialmente com *valores*. Ela deve lidar com tais valores de um modo esclarecido, em vez de fingir que eles não existem. Promover o estudo dos padrões e da padronização, de uma tarefa periférica para uma tarefa central da teoria linguística e da teoria educacional, leva a um entendimento muito mais completo da influência modeladora recíproca que as línguas e a educação exercem entre si. [itálico meu]

Se a educação linguística lida com *valores*, cabe então perguntar que valores — teóricos, sociais, culturais, políticos, ideológicos enfim — servirão de esteio para a formulação de uma norma de referência e de uma gramática de referência para o português brasileiro culto contemporâneo. Esperemos que não sejam os mesmos valores que têm contribuído há séculos para a formação de umas das sociedades mais desiguais, injustas,

autoritárias e violentas do planeta — de fato, mais do que esperar, temos que lutar para que não seja assim.

## Referências

AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira*. São Paulo: Casa Editora “O Livro”, 1920.

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa*. Tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.

BAGNO, Marcos (org.). *Norma linguística*. São Paulo, Loyola, 2001.

BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo, Loyola, 2002.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos.; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.

BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim!* Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, Marcos. *Gramática de bolso do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2013.

BAGNO, Marcos. *Sete erros aos quatro ventos*. A variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola, 2013.

BAGNO, Marcos. Por que estudar uma gramática brasileira? In: CASSEB-GALVÃO, Vania; NEVES, Maria Helena de Moura. *O todo da língua*. Teoria e prática do ensino de português. São Paulo: Parábola, 2017.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemos na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: ALB e Mercado de Letras, 1997.

BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

CAMARA Jr., Joaquim M. Erros escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro. In: CAMARA Jr., J. M. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CAMERON, Deborah. *Verbal hygiene*. London: Routledge, 1995.

CASTILHO, Ataliba T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira. Desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, Carlos Alberto.. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto.; VIEIRA, Francisco Eduardo (orgs.) *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, Carlos Alberto.; ZILLES, Ana Maria. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

FARACO, Carlos Alberto.. Por que precisamos de (novas) gramáticas normativas? *HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas (Site do Grupo de Pesquisa)*. Postado em 13/05/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/HGEL-HistoriografiaGram%C3%A1tica-e-Ensino-de-L%C3%ADnguas-103863294664882>. Acesso em 10/09/2020.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

JOSEPH, John J. *Eloquence and power*. The rise of language standards and standard languages. New York: Basil Blackwell, 1987.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.

MARTINS, Marco Antônio; ABRAÇADO, Jussara. *Mapeamento do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino do português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo/Salvador: Contexto/EDUFBA, 1995.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Científica Brasileira, 1922.

NEVES, Maria Helena M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2001.

NEVES, Maria Helena M.; CASSEB-GALVÃO, Vânia C. *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014.

OLIVEIRA Jr., Miguel (org.). *Projeto NURC, 50 anos*. São Paulo: Parábola, 2019.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.

PINTO, Edith P. (org.) *O português do Brasil*. Textos críticos e teóricos. 1: 1820/1920. Fontes para a teoria e a história. São Paulo: Edusp, 1978.

RODRIGUES, Aryon D. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

SCHERRE, Maria Marta P. *Doa-se lindos filhos de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.



VIEIRA, Francisco Eduardo. Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino. In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, Marcos. *História das línguas, histórias da linguística*. Homenagem a Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2020.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. *Gramática do período e da coordenação*. São Paulo: Parábola, 2020.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. (org.). *Gramática, variação e ensino*. Diagnose e propostas pedagógicas. São Paulo: Blucher, 2018.

### **Abstract**

The definition of a standard for Brazilian Portuguese has been the subject of debate for over 150 years when, after independence, a small intellectual elite promoted controversy around a "Brazilian language". More recently, linguists have proposed various models of analysis and different terminologies to deal with the issue. The current moment seems to favour the elaboration of a Brazilian reference standard to be described in grammar compendiums aimed at the common user of the language in search of secure definitions about the rules they should follow, especially for the production of formal written genres. The article discusses the linguistic criteria and ideological values that may be at stake when defining this Brazilian reference standard.

**Keywords:** language standard; Brazilian Portuguese; grammar of reference; ideological values.